



Novo ministério pode ajudar a reduzir violência, aponta debate

Especialistas em segurança pública defenderam ontem a criação da pasta específica para a área e pediram mais medidas para combater desigualdades sociais no país

O Ministério da Segurança Pública, criado a partir de medida provisória em análise no Congresso, pode ajudar a reduzir os casos de violência no país. A avaliação é de especialistas na área que participaram ontem de audiência pública da comissão mista que analisa a MP. O relator do texto, senador Dário Berger, pediu também investimento em políticas sociais para reduzir desigualdades. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

O relator, senador Dário Berger, e o presidente da comissão mista que analisa a MP do ministério, deputado Gilberto Nascimento (2º e 3º à esq.), dirigem reunião

Avança centro de estudo em defesa da Unasul **7**

Congresso se ilumina de verde pela Defensoria **2**

Acordo entre Brasil e Jersey passa em comissão **7**

Lei insere educação alimentar no currículo escolar **2**

Senado analisa criação de cadastro de pedófilos **8**



Gerardo Migelez/Agência Senado

Aloma Felizardo, José Medeiros, Magno Malta, André Salles, Francisco Marques e Hugo Ferreira discutem combate ao bullying

Brincadeira que agride é bullying, alerta audiência

Participantes de audiência na CPI dos Maus-Tratos destacaram que limite entre a brincadeira e o bullying é tênue, mas é possível observar se todos os envolvidos estão se divertindo, ou se

há alguém ofendido, acuado e agredido. Eles sugeriram que pais e professores adotem uma postura atenta e receptiva, para que as vítimas de bullying possam se sentir seguras e se abrir. **8**

Projetos de lei buscam facilitar rotina de mães universitárias

Mães universitárias enfrentam dificuldades para conciliar os estudos e os cuidados com os filhos. Os desafios vão da falta de tempo e de creches à resistência de professores. Muitas cursam graduação a distância, pois não têm com quem deixar os filhos.

O Congresso analisa projetos que podem minorar o problema, como a ampliação do prazo de afastamento da estudante. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Paim (3º à dir.) foi autor do pedido para a audiência e coordenou o debate

Sindicalistas criticam plano de redução de agências dos Correios

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos ontem, representantes de trabalhadores dos Correios disseram que o fechamento de agências vai gerar desemprego e dificultar o acesso da população de pe-

quenos municípios a serviços bancários.

O presidente dos Correios, Carlos Fortner, afirmou que a redução deve aumentar a qualidade do atendimento e modernizar a empresa. **5**

Indicações de embaixadores vão a votação em Plenário

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem as indicações do diplomata Marcos Bezerra Galvão para a chefia da missão permanente do Brasil junto

à União Europeia e do diplomata Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para chefiar a representação brasileira no Líbano. As indicações seguem para o Plenário. **7**



Gerardo Migelez/Agência Senado

Marcos Galvão, Paulo Cordeiro e o presidente da CRE, Fernando Collor

Debate destaca participação de líderes de bairro

As lideranças comunitárias do bairro Jardim Botânico de Brasília foram homenageadas ontem na Comissão Senado do Futuro. Eles tiveram atuação importante na criação e aprovação da legislação sobre regularização fundiária no país. **6**

Só 10% pagam juros no cartão, diz dirigente

Diretor da Associação das Empresas de Cartão de Crédito, Ricardo Vieira disse que a maior parte dos usuários de cartão paga suas faturas em dia. Apenas 10% recorrem ao rotativo. Em 2017, um terço da população pagou contas com cartão de crédito. **2**

Marcos Oliveira/Agência Senado — 16/5/2018



Ataides Oliveira, presidente, e Fernando Bezerra Coelho, relator, ouvem Ricardo Vieira, das empresas de cartão

Só 10% usam o rotativo do cartão, diz dirigente da área

Representando o setor, Ricardo Vieira ressaltou que a maior parte dos consumidores não paga juros. Para economista Gustavo Loyola, hábito de parcelar compras distorce as taxas que incidem sobre a transação

O DIRETOR-EXECUTIVO DA Associação das Empresas de Cartão de Crédito, Ricardo Vieira, informou à CPI dos Cartões de Crédito que 90% dos brasileiros liquidam integralmente suas faturas no vencimento. A comissão investiga a cobrança de juros extorsivos pelas operadoras e ouviu na quarta-feira representantes de empresas credenciadoras e estudiosos do mercado.

— Não pagam qualquer tarifa ou juros ao sistema financeiro brasileiro — afirmou Vieira.

Segundo ele, quase um terço do consumo das famílias brasileiras ocorreu, em 2017, por meio de cartão: foram 13 bilhões de transações. O montante chegou a R\$ 1,36 trilhão.

Vieira disse que 99,9% dos municípios brasileiros têm pelo menos uma máquina de cartão. As compras por

telefone ou pela internet já correspondem a 20% do total de transações.

— De R\$ 1,36 trilhão de crédito disponível à pessoa física no Brasil, R\$ 13 bilhões são de rotativo. É menos de 1% do crédito — explicou.

Parcelamento

Ex-presidente do Banco Central, o economista Gustavo Loyola disse que o parcelamento de despesas no cartão de crédito “pegou” no Brasil. Segundo ele, a prática gera distorção nas taxas que incidem sobre esse tipo de transação e afeta o equilíbrio do sistema.

— O financiamento se dá pelo lojista na compra. Isso distorce as taxas cobradas ao longo da cadeia produtiva. É a realidade brasileira. Precisamos saber como lidar com essa realidade, mas ela não pode ser

ignorada: como equilibrar os custos do sistema de cartões entre seus vários participantes.

De acordo com os convidados, o mercado de crédito é competitivo: são mais de dez bandeiras e mais de 50 emissores de cartões. Mas, segundo o economista-chefe da Stone Pagamentos, Vinícius Carrasco, alguns “arranjos” do mercado precisam ser enfrentados.

— O histórico brasileiro de altas taxas de juros e de inflação foi o que levou o varejista a conceder crédito por meio de cheques pré-datados ao consumidor. Mas a raiz do problema que levou a esse arranjo continua presente: altas taxas de juros. E não é de se surpreender o fato de que um arranjo como esse sobreviva num mundo de menores taxas de inflação e juros.

Lei inclui educação alimentar no currículo escolar

A educação alimentar e nutricional deverá ser incluída nos currículos escolares das disciplinas de ciências no ensino fundamental e de biologia no ensino médio. É o que estabelece a Lei 13.666, de 2018, publicada ontem no Diário Oficial da União.

O texto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996), tem origem no substitutivo ao PLC 102/2017, aprovado no Senado em abril. As novas regras

entram em vigor em 180 dias.

A intenção do autor do projeto, deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), é reduzir a obesidade infantil e assegurar informações sobre alimentação saudável ao cidadão desde criança.

Para o relator no Senado, Pedro Chaves (PRB-MS), o tema é de grande importância nos tempos atuais, em que adultos com pouca formação ou com hábitos alimentares inadequados terminam por

reforçar o interesse de crianças e adolescentes por uma dieta pouco nutritiva.

Disciplinas

São disciplinas obrigatórias do ensino básico (infantil, fundamental e médio): português, matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (ciências e estudos sociais, além de arte e educação física.

Entre os conteúdos transversais previstos estão: direitos humanos e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. A partir do sexto ano do ensino fundamental é ofertada a língua inglesa.

Os currículos têm uma base nacional comum, que é complementada por uma parte diversificada, de acordo com características regionais e locais.



Atividades de educação nutricional farão parte do currículo obrigatório

Congresso ganha luz verde para homenagear Defensoria Pública

Até quarta-feira, as cúpulas do Congresso serão iluminadas de verde para lembrar o mês da Defensoria Pública. O pedido foi da presidente da Associação dos Defensores do DF, Mayara Tachy.

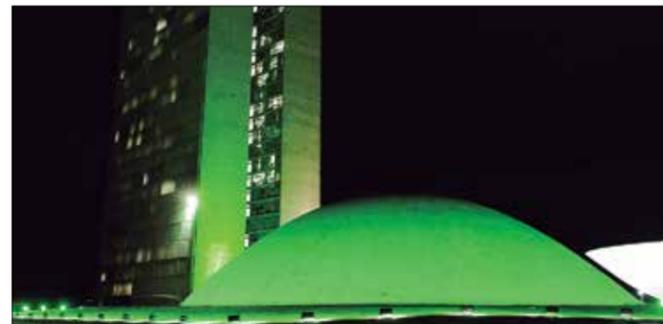
O defensor público atende cidadãos que não têm condições de contratar advogado particular, garantindo o direito de acesso à Justiça. É dele a responsabilidade de orientar, defender e promover os direitos humanos, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma gratuita e integral.

Segundo dados da Associação Nacional dos Defensores

Públicos, no Brasil há pouco mais de 6 mil defensores públicos estaduais e 601 defensores federais. No Distrito Federal, são 229 profissionais. Para o vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do DF, Ricardo Pierre, a Defensoria Pública é uma instituição democrática.

— É nosso papel promover o bem de todos, em especial daqueles em situação de maior marginalização, vulnerabilidade e discriminação.

Para ter acesso ao serviço, o cidadão deve procurar o núcleo de atendimento do órgão mais próximo.



Congresso ganha iluminação verde para lembrar Defensoria Pública

Comissão Mista de Orçamento será instalada na terça-feira

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) será instalada na terça-feira e, na primeira reunião, será eleita a mesa, formada por um presidente e três vices. Neste ano, a presidência caberá a um deputado — em 2017 o cargo foi ocupado pelo senador Dário Berger (PMDB-SC). O PP, que coordena o maior bloco parlamentar da Câmara, deverá indicar o presidente.

O relator-geral do Orçamento de 2019 será o senador Waldemir Moka (PMDB-MS). A proposta chegará ao Congresso em agosto.

O nome do relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que também sairá do Senado, ainda não foi divulgado. O projeto já está há um mês na

comissão. A LDO define as prioridades do governo para o próximo ano, e a meta fiscal, que será um déficit primário de R\$ 139 bilhões.

A comissão mista é formada por 31 deputados, 11 senadores e igual número de suplentes.



Waldemir Moka será o relator-geral do Orçamento de 2019

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Debate: ministério ajudará a combater violência

Especialistas apoiam nova pasta da Segurança Pública, criada por medida provisória em análise no Congresso, e defendem também medidas para reduzir diferenças sociais

A CRIAÇÃO DO Ministério da Segurança Pública e a redução das desigualdades sociais podem evitar o avanço da violência no país, avaliaram os participantes da audiência pública ontem na comissão mista da medida provisória que criou o novo órgão (MP 821/2018).

O Ministério da Segurança Pública foi instalado a partir da divisão do Ministério da Justiça. Para o representante da Polícia Federal, Fabrício Kerber, a mudança na organização como estratégia de governo contra a violência não afeta os trabalhos da

instituição.

— Inicialmente, a Polícia Federal entende que é uma iniciativa positiva, porque ela especializa o tratamento da segurança pública no Poder Executivo federal e faz com que a gente tenha um ministério cuidando única e exclusivamente do tema segurança pública, que é um dos temas mais caros para a população brasileira — afirmou.

Apesar de defender a criação de um ministério especial para a segurança, o relator da comissão que examina a MP, senador Dário Berger (PMDB-SC), disse que é preciso, ao

mesmo tempo, garantir investimento em políticas sociais.

— Só vamos começar a resolver definitivamente a questão da segurança pública a partir do momento em que resolvermos também o problema das desigualdades e diferenças sociais. Porque, muitas vezes, o que precisamos é de uma moradia digna, é de oportunidade. Não vamos resolver só com polícia.

Para o presidente da comissão mista, deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP), o ingresso na criminalidade é uma questão de índole da pessoa. Além da criação do

ministério específico para tratar da segurança pública, ele defendeu leis mais rígidas.

— Vivemos numa sociedade que não é feliz. Porque ninguém é feliz vivendo com medo. Não é só problema de dinheiro, não. É problema de consciência das pessoas que não cumprem as leis ou das pessoas que fazem as leis malfeitas. Se nós não fizermos leis mais rígidas, leis mais diretas, um ministério exclusivo exatamente para que pessoas se preocupem com o problema de segurança pública, daqui a pouco não saberemos onde vamos chegar — afirmou.

O Ministério da Segurança Pública integra, pela proposta, as forças policiais dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário Nacional e a Força Nacional estão subordinados à nova pasta.

Também participaram da audiência o chefe de gabinete do diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Marcelo Moreno, o chefe de gabinete do secretário nacional de Segurança Pública, Bruno Caligaris, e o representante da OAB-DF, Valmir Oliveira.

Projetos em análise no Congresso buscam minorar desafios de mães universitárias

Na casa, são quatro crianças. Uma delas tem microcefalia e paralisia cerebral. Quando todas dormem, a mãe, Valéria Santos, começa uma nova jornada: a de universitária.

Ela é estudante de pedagogia pelo sistema de educação a distância (EAD). Com os cuidados com os filhos, sobra pouco tempo para ler os textos e assistir às videoaulas. Essa vida dura de mãe e universitária é compartilhada por milhares de outras mulheres no país.

É o caso de Maria Clara. Moradora do Gama, no Distrito Federal, ela precisa sair de casa todos os dias e percorrer uma distância de aproximadamente 40 quilômetros para frequentar as aulas do curso de serviço social na Universidade de Brasília (UnB). Mas desde 2017 há um novo elemento na rotina da estudante: um bebê. Céu, agora com 10 meses, acompanha a mãe em algumas das idas e vindas pela universidade. Maria Clara chegou a assistir a aulas de pé, próxima à porta, com a menina no colo.

Polêmica

Um caso ocorrido no início do semestre na Universidade Federal do Rio Grande do Norte estimulou o debate sobre a questão das mães universitárias no país. Walesca Santos, estudante de ciências sociais, mudou-se do Rio de Janeiro para Natal. Já havia começado uma graduação, mas não conseguiu terminá-la. Para retomar os estudos, teria que levar a filha de 5 anos para a aula, pois vive longe da família e dos amigos. O pai da criança também não mora em Natal.

Na segunda aula de uma das disciplinas do curso, Walesca foi abordada por um professor, que considerou inadequada a presença da criança em uma sala de aula, no horário noturno, principalmente pelos temas debatidos. Segundo Wa-



Maria Clara concilia a maternidade com o curso na UnB e muitas vezes leva às aulas a filha Céu, de 10 meses

lesca, a abordagem foi ríspida, e o professor teria dito que a menina só poderia frequentar a sala de aula se a mãe “colasse” a criança na cadeira.

O impasse continuou. Walesca não tinha com quem deixar a menina e voltou a levá-la à faculdade. O professor, agora na presença de toda a turma, voltou a falar sobre o caso. Segundo ele, houve um agravante: outra estudante estava interagindo com a criança, o que poderia prejudicar os demais alunos. Walesca argumenta que o professor foi desrespeitoso. Em protesto, ela e outras colegas saíram da sala e decidiram não continuar a disciplina. O caso passa por uma sindicância da UFRN.

Natasha Rocha, assim como Walesca, também chegou a começar outro curso universitário, mas teve que interromper a graduação em função do nascimento do primeiro filho. Alguns anos depois, voltou a estudar para prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e tentar novamente uma vaga na universidade.

Veio outra gravidez, a terceira. Mas dessa vez ela não desistiu. Começou a graduação em serviço social na Universidade Federal do Maranhão levando o bebê no colo, afinal, não ia abrir mão de amamentar en-

quanto pudesse. O filho virou “mascote” da turma e Natasha, que ainda está no meio do curso, agradece aos professores e colegas que compreendem a situação e colaboram para que ela prossiga seus estudos.

Creches

Creches em universidades e faculdades do Brasil ainda são raras e, quando existem, não há garantia de que serão aproveitadas pelas mães estudantes, já que, em regra, há sorteio para preenchimento das vagas.

A Faculdade de Educação da UnB fez, em caráter experimental, um espaço de convivência para mães universitárias com filhos pequenos. Na Universidade Federal de Santa Catarina existe o auxílio-creche e foi criado um grupo de trabalho para elaborar uma política para pais e mães universitários.

A Aliança de Mães e Famílias Raras (Amar), de Recife, viu no curso universitário uma alternativa para mães de crianças com deficiência. Segundo Pollyanna Dias, uma das coordenadoras da associação, muitos pais abandonam as mães com os filhos, e as mulheres acabam por dedicar a vida exclusivamente à criação da prole. A Amar conseguiu

uma parceria com um grupo educacional privado para a obtenção de bolsas de estudos em EAD para essas mães.

Valéria Santos, a mãe citada no início deste texto, é uma das beneficiadas. Daniela Nunes, mãe de Joaquim, de 12 anos, faz nutrição à distância também com a bolsa integral. O filho tem paralisia cerebral e, para Daniela, seria impossível conciliar o cuidado da criança com aulas presenciais. O ensino a distância é a alternativa, diz ela, que quer fazer também uma pós-graduação.

Pós-graduação

As mães que fazem pós-graduação também enfrentam dificuldades. Carla Borges, doutora pela UnB, sabe dos apuros que passou para conquistar o título. Com três filhos, a rotina da mãe, iniciada às 6h, era frenética: levar filho à escola, ir para a aula, ler textos, pegar filhos, dar banho, lanche, analisar dados, colocar as crianças para dormir e, quando todos adormeciam, voltar aos estudos.

O filho Eduardo sentia falta da mãe. Ele garante que ela esteve sempre presente quando a situação era “grave”, mas deixou de compartilhar momentos como viagens e passeios em função do mestra-

do e do doutorado. No final, a conquista de Carla foi de toda a família.

Projetos de lei

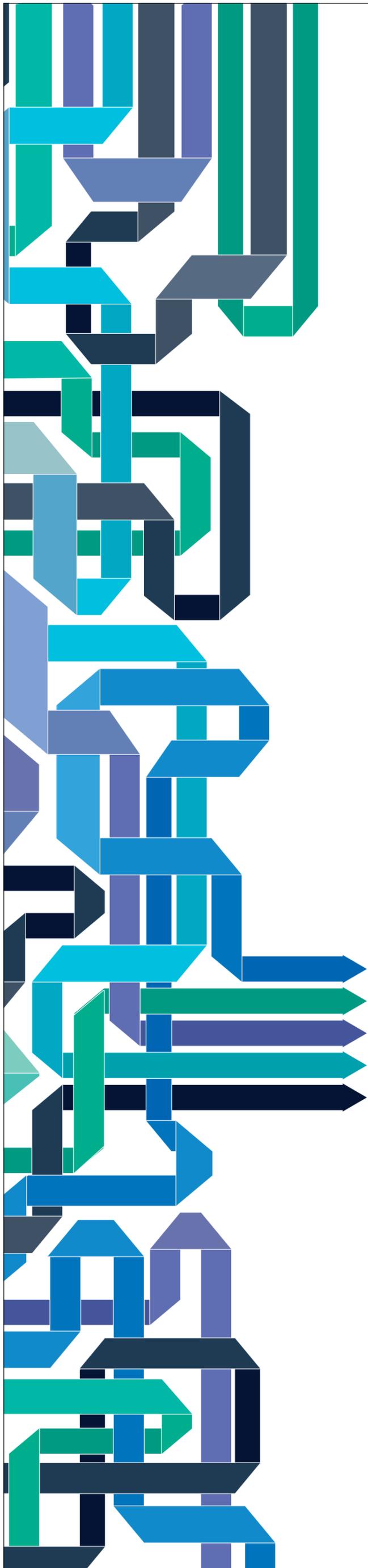
A relação entre maternidade e universidade está em debate no Congresso. O Senado discute um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados que trata do tempo de afastamento das mulheres grávidas que são estudantes. Atualmente a lei prevê um prazo de três meses: do oitavo mês de gravidez ao segundo pós-parto.

O PLC 12/2018, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), teve parecer aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado nesta semana. O texto amplia esse período para até seis meses de afastamento, do oitavo mês de gestação ao quinto após o parto. Mas para o relator na CAS, Eduardo Amorim (PSDB-SE), a ampliação do afastamento deve estar necessariamente vinculada à amamentação.

Outro projeto, de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), estende a mães não bolsistas a suspensão dos prazos acadêmicos em 120 dias por parto ou adoção (PLS 185/2018). O benefício já é lei desde 2017 para as mães bolsistas, que têm prorrogado o recebimento da bolsa (Lei 13.516).

Maria Clara, mãe de Céu, vê com bons olhos a discussão de projetos e o debate sobre a construção de creches. Mas acha que deve surgir uma nova consciência também no meio universitário, envolvendo professores e estudantes. E ela se pergunta ainda onde estão os pais das crianças. Para a jovem, com o esforço de todos, e não apenas da mulher, a situação poderá ser superada, tornando um pouco mais fácil o desafio das mães universitárias.

Série completa da Rádio Senado: bit.ly/maesuniversitarias



Descomplicamos o orçamento público

Você sabe quanto o governo federal investiu em **educação** no ano passado? E quanto dinheiro teremos disponível para **saúde** neste ano?

Agora, no Painel Cidadão do Siga Brasil você pode consultar usando palavras-chave e expressões simples. O resultado é rápido e direto, apresentado de forma visual, por meio de gráficos e tabelas.

Acesse www.senado.leg.br/painelcidadao



SIGA BRASIL

Orçamento público federal descomplicado



Redução de agências dos Correios é criticada

Debatedores disseram ontem na Comissão de Direitos Humanos que cidades pequenas serão prejudicadas. Presidente afirma que medida deve modernizar a empresa

ALÉM DA DEMISSÃO dos trabalhadores, o fechamento das agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos vai dificultar o acesso da população dos pequenos municípios a serviços bancários. O alerta foi feito ontem por participantes de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O debate foi solicitado por Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com Regina Sousa (PT-PI), o governo está atuando de modo semelhante ao processo de fechamento das agências dos bancos públicos. A filosofia de Executivo, disse a senadora, é governar para os ricos e não se preocupar com a sociedade.

— O governo Temer é demolidor. Vão fechar as agências para quê? Os pequenos municípios vão sofrer as consequências. Essas populações vão ter dificuldades para se locomover para outras cidades. Além disso, o fechamento vai prejudicar a economia dessas cidades. As pessoas que fazem operações bancárias nas agências dos Correios, porque os bancos foram fechados, vão passar a viajar para a cidade grande mais próxima e lá mesmo vão gastar o dinheiro delas — argumentou.

Modernização

O presidente dos Correios, Carlos Fortner, disse que o processo de fechamento das agências visa garantir a qualidade de atendimento ao cidadão e a modernização da empresa por meio de canais de atendimento mais ágeis.

— Existem distritos de cidades pequenas em que não se justifica a presença da agência.



Paim (3º à dir.) comandou a audiência ao lado do presidente dos Correios, Carlos Fortner (3º à esq.), que defendeu o fechamento das agências

Das quatro agências existentes em Ananindeua, no Pará, por exemplo, uma será fechada, por causa da proximidade com a agência da cidade de Coqueiro. São imóveis alugados. O custo para manter a agência de Ananindeua é de R\$ 43 mil. Na outra mais próxima é de R\$ 27 mil — justificou.

Segundo Fortner, o projeto de reestruturação dos Correios nasceu de um mapeamento realizado em 2016 por uma consultoria com base em exemplos de por empresas de correspondência em todo o mundo. O projeto prevê canais de atendimento digital, ponto de coleta, agências móveis, comunitárias e funcionamento dentro de comércio.

O secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Simi-

lares (Fentect), José Rivaldo da Silva, reclamou da falta de comunicação da empresa com os funcionários. Ele acredita que não será possível realocar os 28 mil atendentes comerciais para outras atividades na empresa. Por isso, afirmou, a tendência é que haja demissões.

— Nos últimos três anos, a população está insatisfeita com os serviços prestados por causa do modelo de gestão. As máquinas dos Correios são os trabalhadores. A gente precisa aumentar a nossa capacidade de entrega em dia. Como podemos fazer isso se, em 2011, eram 128 mil trabalhadores e havia um déficit de mão de obra. A empresa precisaria de mais 20 mil trabalhadores para manter o nível de qualidade dos serviços. Hoje a gente conta com apenas 105 mil funcionários — explicou.

Segundo o diretor da Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (Anatect) Edilson Nery, a receita da empresa caiu 5%, mas a receita das franquias subiu 8%. Para ele, as medidas para contenção de gastos adotadas pela empresa não mudaram a situação, ao contrário, a população passou a desacreditar na prestação de serviços.

— O que levou as pessoas a apostarem em outras empresas? O cliente não recebe correspondência todos os dias, a entrega é alternada. Hoje, a gente posta uma encomenda sedex e só chega ao destino depois de 20 dias. Os clientes voltam se contratarem mais carteiros. Não é necessário fechar agências — opinou.

O diretor de Finanças da Federação Interestadual dos

Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect), Anézio Rodrigues, acredita que os Correios vêm sofrendo uma série de manipulação de informações e que isso é reflexo da gestão de pessoas sem vínculo e comprometimento com a empresa.

— Primeiro disseram que o plano de saúde dos trabalhadores estava levando a empresa à falência. Como a empresa sai de um prejuízo de R\$ 2 bilhões e agora anuncia um lucro de mais de R\$ 600 milhões? Essa informação de que a empresa está tendo um lucro não é para enganar o mercado? A empresa é lucrativa, mas não para ser privatizada. Os trabalhadores estão sendo sacrificados. Modernizar e implantar tecnologia não podem ser sinônimos de segregação e sacrifício do trabalhador.

Viana condena dois anos de governo Temer e afirma que a situação do país está pior

O senador Jorge Viana (PT-AC) classificou ontem como “um desastre” os dois anos de governo do presidente Michel Temer. Em pronunciamento no Plenário, o parlamentar disse que alguns brasileiros “caíram numa armadilha” ao apoiar o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Viana criticou a solenidade no Palácio do Planalto marcada para comemorar os dois anos de governo. Para o senador, indicadores demonstram que “a situação do país está muito pior”. Ele lembrou, por exemplo, que o preço do botijão de gás no Acre saltou de R\$ 38 para R\$ 100.

— É um verdadeiro assalto o que o Brasil tem experimentado. Um governo que piorou a vida das pessoas, não entregou nada que prometia.



Roque de Sá/Agência Senado

Ivo Cassol faz críticas à gestão do ex-governador de Rondônia Confúcio Moura

Ivo Cassol (PP-RO) criticou a gestão do ex-governador de Rondônia Confúcio Moura. Segundo o senador, as obras de saneamento básico, de rodovias e a melhoria na saúde prometidas não aconteceram, afetando a população, e a má gestão das contas públicas trouxe graves prejuízos aos cofres do estado.

— O ex-governador Confúcio Moura não deveria andar no estado de Rondônia lançando uma pré-candidatura ao Senado. Ele tinha que andar nos quatro cantos de Rondônia pedindo perdão para o povo. Pedir perdão por quê? Pela mentira que ele pregou em 2010, pelas mentiras que pregou em 2014, por falta de gestão no governo, por falta de competência na sua gestão e por falta de seriedade e honestidade com a gestão pública.



Roque de Sá/Agência Senado

Hélio José defende aumento do limite de potência para rádios comunitárias

Hélio José (Pros-DF) pediu agilidade na votação de projeto de autoria dele que altera o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução de radiodifusão comunitária. A ideia, segundo ele, é viabilizar a operação do serviço em regiões como as rurais. O PLS 513/2017 está pronto para entrar na pauta do Plenário e, se for aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

O senador rebateu críticas ao projeto, entre elas a comparação das rádios comunitárias a rádios piratas. Para ele, a comparação é injusta porque uma rádio ilegal não tem limite e autorização para funcionar.

— Rádio pirata transmite o que quiser, onde quiser, como quiser e com o interesse que tiver, contanto que não seja alcançada pelo poder público. As rádios piratas são a antítese perfeita das rádios comunitárias.

Ferraço quer regulamentar tratamento compulsório de dependentes químicos

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) anunciou a apresentação de projeto de lei para regulamentar o tratamento compulsório de dependentes de crack e de outras substâncias ilícitas.

O parlamentar disse que a proposta pode representar uma ação efetiva contra a epidemia do crack. Ele ressaltou que o poder público precisa refletir e agir com urgência para a proteção não apenas da vida dos usuários, mas também de vidas inocentes que estão submetidas a transtornos mentais graves.

— O projeto muda a legislação anti-drogas e de saúde mental, incluindo a possibilidade de que, por determinação judicial, seja regulamentado o tratamento compulsório de dependentes do crack — afirmou o senador.



Roque de Sá/Agência Senado

Debate destaca papel da participação popular

Lideranças comunitárias do bairro Jardim Botânico de Brasília foram homenageadas em comissão pela sua participação na legislação sobre regularização fundiária no país

AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS do bairro Jardim Botânico de Brasília foram homenageadas na Comissão Senado do Futuro pela sua participação na política local e nacional. A iniciativa foi do senador Hélio José (Pros-DF), que relatou a atuação dessas lideranças por ocasião da edição e do trâmite no Congresso da MP 759/2016, que tratou da regularização fundiária.

— Essas lideranças que se reuniam informal e semanalmente na feira do Jardim Botânico ganharam o nome de Senadinho em função do crescimento de sua importância na região e em todo o Distrito Federal.

Hélio José disse que o chamado Senadinho começou com a discussão pela regularização dos condomínios do Distrito Federal, que não haviam sido planejados na construção de Brasília.

O deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) lembrou a mobilização do Senadinho e dos moradores das regiões dos condomínios de Brasília



Hélio José (C) preside a Comissão Senado do Futuro, que debateu a importância de ouvir as lideranças comunitárias para a elaboração de leis

lia para a aprovação da MP 759/2016, que tratou da regularização fundiária. A medida provisória, que se transformou na Lei 13.465, de 2017, reconheceu o direito à propriedade para os moradores de condomínios irregulares, favelas, quilombos e diversas áreas tradicionais.

A presidente da associação de moradores do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, Leda Cavalcante, lembrou que várias vezes o poder público

agiu contra os condomínios do Jardim Botânico, mas que contou com o apoio de advogados para lutar na Justiça o direito à moradia.

Ex-administrador da região do Jardim Botânico e aclamado presidente do Senadinho, Hamilton Santos referiu-se aos participantes do grupo como Boca do Povo, pelo grau de representatividade do pensamento da comunidade.

O advogado Mário Gilberto de Oliveira relatou a parti-

cipação das lideranças dos condomínios do Jardim Botânico de Brasília na elaboração da MP 759/2016. Vários itens, como o reconhecimento dos condomínios horizontais, que são uma realidade por todo o país, não eram considerados até então pela legislação, disse ele. E foram acrescentados por sugestão dessas lideranças comunitárias:

— Fomos chamados até pela Presidência da República em dezembro de 2016 para opinar

na elaboração da MP. Isso é o reconhecimento da nossa importância.

O jornalista Toni Duarte relatou uma série de derrubadas de residências em um dos condomínios do Jardim Botânico, ordenada pelo governo do Distrito Federal antes da edição da medida. Ele atribuiu à existência das lideranças comunitárias a resistência que possibilitou o início da regularização fundiária.

Renda acima de R\$ 50 mil pode ter IR maior

Projeto de lei em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) modifica as alíquotas do Imposto de Renda para aumentar a tributação dos mais ricos e diminuir o que é cobrado de quem ganha menos. Do

senador Roberto Requião (PMDB-PR), o PLS 222/2018 aumenta a alíquota para quem ganha acima de R\$ 50 mil e restabelece a tributação dos lucros empresariais.

De acordo com Requião, a medida pode estimular o

consumo e gerar empregos.

— Eu estaria aumentando a tributação em cima, viabilizando o investimento de políticas públicas e ao mesmo tempo com a redução do imposto dos salários menores — afirmou.



Para Requião, alteração nas alíquotas do Imposto de Renda pode estimular o consumo e gerar empregos



Sediada em Teresina, instituição foi fundada em dezembro de 1917

Congresso celebra 100 anos da Academia Piauiense de Letras

O centenário da Academia Piauiense de Letras será celebrado na segunda-feira, às 11h, em sessão solene do Congresso Nacional, proposta pelo senador Elmano Férrer (Pode-PI) e pelo deputado Paes Landim (PTB-PI).

Fundada por um grupo de intelectuais no dia 30 de de-

zembro de 1917, em Teresina, a academia conta com 40 cadeiras, ocupadas por nomes importantes da cultura local.

Também conhecida como Casa de Lucídio Freitas, um de seus fundadores, a instituição é presidida por Nelson Costa.

A sessão será Plenário do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Acordo Mercosul-UE está próximo, diz diplomata

Indicado à missão do Brasil junto à União Europeia passou por sabatina ontem na Comissão de Relações Exteriores, que aprovou ainda a indicação de embaixador para o Líbano

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem as indicações do diplomata Marcos Bezerra Galvão para a chefia da missão permanente do Brasil junto à União Europeia (UE) e do diplomata Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para chefiar a representação brasileira no Líbano. As indicações seguem ao Plenário.

Em sabatina na comissão, o indicado para a UE — cuja sede fica em Bruxelas, na Bélgica — garantiu aos senadores que “nunca esteve tão próximo” o fechamento de um acordo de livre comércio envolvendo o Mercosul e a UE, que está sendo negociado desde 1999.

— No pilar comercial, esse acordo é dividido em 12 grupos negociadores temáticos e, neste momento, restam pendências em muito poucos deles. O fechamento do acordo nunca esteve tão próximo. Acredito que ele poderá ser concluído ainda em 2018. Ao menos teremos uma declaração política, como a UE fez no ano passado com o Japão, esclarecendo que o essencial já foi definido, restando pendências técnicas.

Ana Amélia (PP-RS) admitiu não ter o mesmo otimismo manifestado pelo diplomata e reclamou do embargo europeu

a frango e pescado provenientes do Brasil. O embargo, disse, vai na contramão do livre comércio. A senadora entende que as restrições de ordem sanitária e fitossanitária impostas pelos europeus “são um caso evidente de protecionismo disfarçado”, que prejudicam regiões inteiras no Brasil.

— Metade da produção nacional de frango visa à exportação, sendo a UE um dos grandes importadores. As perdas são de dezenas de milhões de dólares somente este ano e causam um problema social gravíssimo, porque o embargo pega do pequeno produtor à indústria integrada — lamentou.

Galvão disse que diariamente o Itamaraty se debruça em penosas negociações para o levantamento de barreiras sanitárias e fitossanitárias. Ele reconheceu que “falta embasamento científico” nas razões alegadas para os embargos e que suspendê-los será, com o acordo UE-Mercosul, uma de suas prioridades.

A despeito dos problemas, Galvão fez questão de ressaltar que o momento atual é de incremento nos fluxos comerciais Brasil-UE. Entre janeiro e abril, as exportações brasileiras aumentaram 34,4% para os 28



Presidente da CRE, Collor (C) comanda sabatina com Marcos Bezerra Galvão e Paulo Cordeiro de Andrade Pinto

países do bloco, se comparados ao mesmo período de 2017.

Além disso, a UE tornou-se o maior investidor direto na economia brasileira. Seu estoque total de investimentos chegou a 175 bilhões de euros, de acordo com dados de 2015, o equivalente a 46% de todo o investimento estrangeiro feito aqui. O Brasil é o terceiro maior destino de capital proveniente dos países da UE, perdendo apenas para os EUA e a Suíça.

— No geral, a UE é nosso segundo maior parceiro comercial, à frente dos EUA e atrás apenas da China. É o segundo maior mercado para nossas exportações e o primei-

ro para nossas importações. E as empresas brasileiras já são a quarta maior fonte investidora extrarregional na UE.

Líbano

O diplomata Paulo Cordeiro de Andrade Pinto também passou por sabatina na comissão, antes de sua aprovação para chefiar a representação brasileira no Líbano.

Ele ressaltou que o país está engajado em estratégias visando ao incremento dos laços comerciais com a diáspora libanesa ao redor do mundo. Somente no Brasil estima-se que vivam de 7 a 10 milhões de descendentes de libaneses.

Líbano

- » Área: 10.400 km²
- » Capital: Beirute
- » População: 4,64 milhões
- » PIB per capita: US\$ 11.497
- » Exportações brasileiras: US\$ 287 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 24 milhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Aprovado estatuto de centro da Unasul para estudos em defesa

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (Ceed), órgão vinculado ao Conselho de Defesa Sul-Americano, e que faz parte desde 2011 da estrutura da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

O Brasil é parte da Unasul com as outras 11 nações soberanas do continente (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela). A sede do Ceed fica em Buenos Aires.

O relator da proposta (PDS 32/2018), senador Pedro Chaves (PRB-MS), considera que o Ceed favorece uma maior cooperação entre os 12 países na identificação dos desafios, riscos e ameaças para a defesa e a segurança regional e mundial.

— Este órgão contribui para a fixação dos enfoques e das diretrizes comuns que permitam a articulação das políticas de defesa e de segurança de todas as 12 nações do nosso continente.

O projeto segue agora para análise do Plenário do Senado.



Relator, Pedro Chaves diz que proposta facilita cooperação regional

Fiscos do Brasil e de Jersey devem fazer acordo

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou o relatório de José Medeiros (Pode-MT) favorável ao acordo assinado com a Ilha de Jersey, de cooperação entre fiscos (PDS 35/2018). O relatório foi lido por Hélio José (Pros-DF). O projeto segue para o Plenário.

O objetivo do acordo é a troca de informações visando combater a lavagem de dinheiro, fraudes, sonegações e evasões fiscais que tragam danos à ordem tributária.

O relator argumenta que o acordo é muito mais vantajoso ao Brasil do que a Jersey, pois dificilmente os cidadãos da ilha britânica abrirão contas em nosso país, enquanto muitos brasileiros se utilizam do

conhecido paraíso fiscal para manterem seus recursos.

— É notório que brasileiros conhecidos utilizaram Jersey visando à ocultação de riquezas. O fisco brasileiro define oficialmente Jersey como paraíso fiscal. Com o acordo, nossas autoridades passarão a ter informações facilitadas a respeito dos recursos lá depositados — explicou Hélio José.

O senador disse ainda que a troca de informações se dará independentemente das pessoas investigadas serem residentes ou nacionais. O documento ainda prevê a possibilidade de investigadores brasileiros irem a Jersey para entrevistar pessoas, examinar registros e até de estarem pre-

sentes em investigações. Entre outros pontos, o acordo com Jersey permite o intercâmbio de informações detidas por instituições financeiras ou até mesmo por pessoas, como agentes e fiduciários (*trustees*).

O acordo ainda trata sobre propriedade de sociedades e parcerias e, no caso dos trusts, de informações sobre os instituidores, beneficiários e fiduciários. Para o caso de fundações e entidades semelhantes, será possível o acesso a informações sobre os fundadores, membros do conselho e beneficiários. O mesmo se dará em casos de esquemas de investimento coletivo, informações sobre ações, quotas e outras formas de participação.

Conflito entre Israel e Palestina será tema de debate

Dando prosseguimento ao ciclo de debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) promove na segunda-feira o painel “Oriente Médio: Conflitos Internos (Israel x Palestina) e terrorismo”. A reunião começará às 18h.

Um dos convidados para o debate é o professor titular

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Paulo Gilberto Visentini. Ele tem pós-doutorado em relações internacionais pela London School of Economics and Political Science.

Também foi convidado o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Fernando Luz Branco. Graduado em jornalismo, ele é doutor em relações

internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (das universidades estaduais de São Paulo: Unesp, Unicamp e PUC-SP).

O presidente da CRE é o senador Fernando Collor (PTC-AL) e o vice-presidente é Jorge Viana (PT-AC).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Relator da CPI, José Medeiros, o presidente da comissão, Magno Malta, André Salles, Francisco Marques e Hugo Ferreira discutem soluções para o bullying

Bullying pode parecer brincadeira, mas acua vítima, dizem debatedores

Para especialistas, a violência percebida não chega a 10% do que acontece, e que acaba levando à automutilação e à tentativa de suicídio

O LIMITE ENTRE a brincadeira e o bullying é tênue, mas possível de ser detectado: basta observar e questionar se todos estão realmente se divertindo com a situação, ou se há alguém ofendido, acuado, oprimido ou ferido. A orientação foi dada ontem pelos participantes da audiência da CPI dos Maus-Tratos.

O relator da comissão parlamentar de inquérito, senador José Medeiros (Pode-MT), disse que há dificuldade para descobrir a existência do processo de bullying e a crença generalizada da população de que “não se pode mais nem brincar que tudo vira bullying”. No entanto, os debatedores disseram que não é difícil perceber a intimidação.

— A partir do momento em que a pessoa está ali, sem vontade, sem partilhar da brincadeira, e isso está sistematizado, com o intuito de diminuir, violentar, de agredir, e a pessoa passa a ter de fato um processo de vitimização, aí a gente já está falando de bullying e não de brincadeira — explicou o psiquiatra André Salles.

Na opinião de Aloma Felizardo, professora de psicologia social, a violência que percebemos nos processos de bullying não chega a 10% do que realmente acontece.

— É apenas a ponta de um iceberg. A violência psicológica não é considerada e acaba levando à automutilação e às tentativas de suicídio.

Segundo a professora, para auxiliar a mudar essa realidade, a informação precisa circular.

— O tema deve ser tratado nas escolas, nas igrejas, pelas famílias, com a oferta de cursos de capacitação e formação sobre o assunto, suas causas, como detectar o problema e também sobre resolução de conflitos.

Aloma pediu a ampliação da distribuição de cartilhas sobre bullying e cyberbullying. Ela também cobrou que a Lei 13.185, de 2015, reconhecendo o bullying, e a Lei 13.663, de 2018, que obriga escolas a adotarem medidas de prevenção e combate a todos os tipos de violência, saiam do papel e realmente entrem em vigor.

Atenção

O professor e pesquisador Hugo Ferreira deu ainda outra sugestão para ajudar na identificação do problema: a mudança de postura dos adultos, passando a ouvir crianças e adolescentes.

Ele explicou que as vítimas são envolvidas numa grande rede, num processo cruel, com agressores que atraem o apoio ou a convivência dos demais colegas, e a vítima tem medo de falar de seu sofrimento. Quando pais e professores adotam uma postura atenta e receptiva, as vítimas de bullying costumam se abrir porque se sentem seguras.

— As crianças percebem o

mundo, são atentas, críticas e inteligentes. É só ouvi-las, aí a gente consegue detectar. De modo geral, a gente não tem ouvido, esse é um dos maiores problemas. Vamos ouvi-las, vamos sair dessa nossa condição de sabe tudo. Adulto vive num processo esquisitíssimo que precisa revisar. Seria bom se houvesse um senado de crianças legislando, o mundo ia ser outro e não estaríamos discutindo aqui uma violência desse porte.

Preconceito

Os números apresentados pelo representante do Ministério da Educação, Francisco Marques, ilustraram a gravidade do bullying, do preconceito e da discriminação, fenômenos que não são iguais, mas estão intimamente ligados, avaliou. Ele disse que 17,5% dos estudantes brasileiros sofrem bullying, muitas vezes motivados pela diferença.

Marques citou dados de uma pesquisa feita em 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quando 15 mil estudantes do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos foram questionados sobre expressões preconceituosas.

Concordaram com a sentença “brancos são mais evoluídos que negros” 25% dos alunos. Outros 20% concordaram que os indígenas são inferiores, 20%, que os estudantes da periferia só vão à escola por

interesse na merenda, e mais de 25% acreditam que os homossexuais deveriam estudar em uma sala separada.

— O bullying mexe com questões psiquiátricas, psíquicas. Por isso ele é tão perigoso. É um tipo de violência que, ou abrimos os olhos para ela, ou ela nos transforma em bárbaros, em pessoas que não têm a capacidade de acolhimento — disse Hugo Ferreira.

Abandono

Também falou à CPI, mas em audiência fechada, Alexandre Christian Mathieu Salaun, que responde na Justiça por abandono de incapaz. O francês vive em Paraty (RJ) e obteve a guarda da filha há cerca de um mês.

Ele negou ter maltratado a criança de sete anos, classificou a convivência da mãe com a filha como “tóxica”, alegou que a ex-mulher praticava alienação parental contra ele, dificultando o acesso à filha antes de ele obter a guarda.

Salaun afirmou que o Ministério Público está de posse de laudos que comprovam o desequilíbrio da mãe e, por isso, garantiram a guarda a ele.

O presidente da CPI, senador Magno Malta (PP-ES), pretende ouvir a psicóloga que elaborou esses laudos, quer acompanhar as ações do Conselho Tutelar de Paraty a respeito do caso e pretende ouvir as funcionárias de Salaun que lidam com a criança.

Criação de cadastro de pedófilos será analisada pelo Senado

O Senado vai analisar a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos. De autoria do deputado Vitor Valim (Pros-CE), o PLC 48/2018 pretende instituir um banco de dados para reunir informações relativas a condenados pelo crime de pedofilia.

De acordo com o texto, o cadastro será mantido pelo

Poder Executivo e operado em convênio com os estados e municípios. Os entes públicos terão acesso e alimentarão o sistema por meio de seus órgãos de segurança pública, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

O autor ressalta que a pedofilia representa uma modalidade criminosa de extrema

gravidade, pois incide sobre a parcela mais vulnerável da população, crianças e jovens, seja por meio de assédio sexual direto, uso das redes sociais da internet ou outros meios. O deputado cita dados da Safernet, ONG que luta contra crimes virtuais, para destacar que, em 2013, a pornografia infantil foi o crime virtual

mais denunciado no Brasil, representando quase metade das denúncias.

Para Valim, a criação de um banco de dados contendo informações relevantes sobre os pedófilos pode “racionalizar e agilizar a atuação das autoridades, além de facilitar a troca de informações com outros países”.

Nova identidade digital pode coibir fraudes, avalia Dário Berger

A criação do Documento Nacional de Identidade (DNI) pode coibir fraudes como as ocorridas no Bolsa Família e na Previdência, disse Dário Berger (PMDB-SC). Dados citados pelo senador apontam prejuízo anual de R\$ 56 bilhões com fraudes na Previdência. Os números são inaceitáveis, disse. Ele afirmou que as fraudes ocorrem principalmente com falsificação de documentos.

De acordo com Dário, o novo documento está em fase de testes e deve ser lançado em breve. O senador faz parte do Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional (ICN).



Roque de Sá/Agência Senado

Randolfe quer incluir no Livro dos Heróis líder de resistência do Amapá

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendeu em Plenário a inclusão do nome de Francisco Xavier de Veiga Cabral (1861-1905) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

General honorário do Exército brasileiro, Veiga Cabral comandou a resistência contra a invasão francesa no Amapá, em 15 de março de 1895. A data hoje é feriado no estado, explicou o senador, justamente para comemorar a resistência dos brasileiros à expansão francesa.

— Se não houvesse ocorrido essa resistência, a fronteira norte brasileira hoje seria bem menor — disse Randolfe.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Wellington homenageia político morto em acidente em MT

Wellington Fagundes (PR-MT) lamentou, na quarta-feira a morte do político mato-grossense Jota Barreto. O senador homenageou o ex-vereador, ex-prefeito de Rondonópolis (MT) e ex-deputado estadual.

Aos 69 anos, Jota Barreto foi vítima de um acidente que envolveu nove veículos na quarta-feira da semana passada na BR-163, entre Jaciara (MT) e Cuiabá.

— Dessa amizade sincera sempre recebi conselhos e estímulos a muitos desafios. Barreto sempre agiu com simplicidade, clareza de opiniões e voz coerente.



Roque de Sá/Agência Senado